



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria de Educação e Cultura comunica as datas para apresentação dos documentos para o 21º chamamento no Processo Seletivo 001/2010, para contratação do ano letivo de 2011.

DATA	HORÁRIO	CARGO	CANDIDATOS CLASSIFICADOS
17/02/2011	8h30min às 12h	MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (retornando ao início da lista do Processo Seletivo)	Nº09, 15, 52, 61, 66, 70, 73, 75, 83, 89, 90, 92, 93, 95, 98 e 102
17/02/2011	8h30min às 12h	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	Nº 23
17/02/2011	8h30min às 12h	PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS	Nº 108 ao 117
17/02/2011	14h às 17h	SERVENTE (retornando ao início da lista do Processo Seletivo)	Nº13, 15, 16, 26, 27,28,31,32,35,36, 37,38 e 39

Os candidatos acima classificados deverão se apresentar na Secretaria de Educação e Cultura, situada a Rua Goiânia – 104 – Centro – Camboriú, nas datas e horários estabelecidos.

Segue abaixo relação de documentos e declarações que deverão ser apresentados no ato da escolha de vaga:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT' S)

Devem ser apresentadas cópias dos seguintes documentos, juntamente com o original para conferência:

CÓPIAS
RG
CPF
Título de eleitor
PIS/PASEP
Certificado de reservista (se masculino)
Comprovante de residência
Comprovante de inscrição no conselho de classe, CREF (quando couber)
Comprovante do nível de escolaridade exigido para o cargo (conforme Edital)
Certidão de casamento
Certidão de nascimento de filhos menores
DOCUMENTOS ORIGINAIS
CTPS (folhas da foto, verso) –xerox
02 fotografias 3x4
Atestado médico admissional saúde física
Atestado médico saúde mental
Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (em anexo).
Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (em anexo).
Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (em anexo).
Declaração de IR
Declaração de bens ou de não possuir bens (em anexo).
Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos(Fórum ou internet)..
Declaração de antecedentes criminais.(fórum)
OUTRAS INFORMAÇÕES
Nº da conta e banco (xerox)
Autorização para depósito na conta supra (em anexo).
Carteira de Manipulação de Alimentos para o cargo de MERENDEIRA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,....., portador(a) do CPF nº. e RG nº. autorizo o depósito, referente a minha remuneração salarial no Banco Itaú na Agência N°....., conta da cidade de **Camboriú**.

Assinatura do servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,/...../.....



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., não sofri, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.

Lei 8.112/90 = Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fê a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; ([Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008](#))

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. ([Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97](#))

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: ([Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008](#))

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e ([Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008](#))

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. ([Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008](#))

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC, ____/____/____.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____ portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, exerço o Cargo Público de _____, lotado na Secretaria _____, com carga horária de _____, na cidade de _____, estando desta forma amparado pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente.

Camboriú (SC), _____ de _____ de 2011.

DECLARANTE



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que eu, _____, portador da cédula de identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, não acumulo Cargos Públicos ou de Condições de Acumulação Amparada pela constituição.

Por ser verdade, afirmo o presente.

Camboriú(SC), _____ de _____ de 2011.

Declarante



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., não tenho bens imóveis a declarar.

Por ser verdade, assino o presente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,

Declarante



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., tenho os seguintes bens:

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)

Por ser verdade, assino o presente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,